



09 de Abril de 2018

O conteúdo das matérias é de inteira responsabilidade dos meios de origem

**A missão da ADIMB é a de promover o desenvolvimento técnico-científico
e a capacitação de recursos humanos para a Indústria Mineral Brasileira**



AVANCO É VENDIDA PARA A OZ MINERALS

O board da Avanco Resources recomendou aos acionistas a aceitação da proposta feita pela OZ Minerals para aquisição da companhia pelo preço de 440 milhões de dólares australianos. A OZ pagará 0,85 dólares australianos (em cash) e mais 0,009 ação de sua emissão para cada ação da Avanco. A oferta representa um valor de 0,168 dólar australiano por ação da Avanco, com um ágio de 118% sobre a última cotação na bolsa australiana (ASX). Acionistas representando 30,62% do controle da Avanco apoiaram a operação e a OZ já tinha uma pré-aceitação de 18,45%. A transação está condicionada a uma aceitação de pelo menos 50,1% das ações. Por unanimidade, o board da Avanco aceitou a proposta. Da mesma forma os diretores e gerentes, que possuem 0,57% das ações. Os cotistas do fundo sob gestão da Black Rock Investment Management Limited, representando 11,6% das ações da Avanco, também manifestaram sua intenção de aceitar a proposta da OZ Minerals. Já a Appian, que detém 18,45% de participação na Avanco, concordou em aceitar a oferta. "A oferta da OZ Minerals representa um prêmio significativo nos níveis de transação atuais e se constitui em uma atrativa oportunidade para os acionistas da Avanco, tanto no sentido de cristalizar os valores atuais da companhia quanto no de manter sua exposição no mercado de metais base através da holding OZ Minerals, um dos produtores australianos líderes em metais base. A combinação do robusto portfólio de ativos australianos da OZ Minerals com uma equipe experiente e um portfólio de ativos da Avanco no Brasil, ainda largamente inexplorado, aponta para um futuro promissor para a empresa e seus acionistas", disse Tony Polglase, diretor gerente da Avanco. "A transação da Avanco traz a maior empresa de cobre da Austrália para o Brasil, a OZ Minerals, com ativos de 3 bilhões de dólares australianos e mais de 700 milhões de dólares australianos em caixa para desenvolver os projetos adquiridos e fazer pesquisas. Creio que depois da Codelco, esta certamente é a entrada mais significativa no mercado de cobre no Brasil em 20 anos", afirma o diretor da Avanco, Luís Maurício Azevedo. Com operações no município de Curionópolis (PA), onde produz cobre e ouro, a Avanco conta

com recursos da ordem de 1 milhão de toneladas de cobre contido e com alto teor de ouro na província mineral de Carajás. Atualmente a empresa opera a mina de Antas e possui ainda os ativos Pedra Branca (em estudo de viabilidade) e tem opção para adquirir 100% do controle do depósito de Pantera, em exploração.

A Avanco possui também o projeto de ouro Centro Gold, no Maranhão, em exploração e com possibilidade de vir a produzir a uma escala de 100 mil onças anuais, por um período de 10 anos. A OZ Minerals é uma companhia mineradora com base na Austrália listada na ASX e detém uma mina de cobre-ouro-prata em Proeminent Hill, além de estar desenvolvendo um projeto em Carrapateena, onde existem os maiores recursos de cobre-ouro da Austrália.

Fonte: Brasil Mineral

Data: 27/03/2018



NOVOS CONVÊNIOS DA VALE COM A PREFEITURA DE PARAUAPEBAS SOMAM MAIS DE R\$ 10 MILHÕES

Em março, a Vale assinou dois convênios com a Prefeitura de Parauapebas, no Pará, para investimentos sociais no município que ultrapassam R\$ 10 milhões. O primeiro teve suas ações definidas de forma participativa com a Prefeitura através de um Grupo de Trabalho com representantes de secretarias municipais e da nossa empresa. Ele conta com investimentos na ordem de R\$ 7 milhões e faz parte de contrapartida da Vale referente à instalação do Ramal Ferroviário.

Por meio desse primeiro acordo, o Abrigo Esperança, que atua na proteção de crianças e adolescentes, será ampliado e o projeto Pipa, que atende crianças em situação de risco social receberá novas oficinas. Além disso, o escritório do Serviço Nacional de Emprego (Sine) na cidade receberá novos equipamentos e a Prefeitura passará a contar com duas vans equipadas para prestação de serviços socioassistenciais e o município passará a ter um Centro de Gestão Ambiental (CGA).

Já por meio do segundo convênio, a Vale doará R\$ 3 milhões para construção da Escola Nelson Mandela, que atenderá a mais de 1.200 alunos. A estimativa é de que, durante a fase de obras, as construções do CGA, da escola e a reforma do abrigo gerem cerca de 300 novos empregos no município.

Investimentos anteriores

As obras que serão realizadas a partir desses convênios somam-se a outros investimentos realizados pela Vale no município, como a construção da rodovia Faruk Salmen na ordem de R\$ 23 milhões e a destinação de mais R\$ 20 milhões para a implantação de um campus da Universidade Estadual do Pará em Parauapebas. O objetivo é contribuir para a melhoria dos serviços públicos nas áreas de meio ambiente, assistência social, educação e proteção dos direitos da infância e da juventude.

Sustentabilidade como pilar estratégico

Construir legados econômicos, sociais e ambientais nas regiões em que estamos presentes e induzir práticas de sustentabilidade ao longo de toda a cadeia de valor é um dos pilares estratégicos da Vale. Este pilar está em consonância com nossa política de sustentabilidade, que ressalta o compromisso com a vida em primeiro lugar e a responsabilidade social, ambiental e econômica.

Fonte: Vale

Data: 29/03/2018



EY LISTA OS 10 MAIORES RISCOS DA MINERAÇÃO EM 2018

O processo de transformação digital das empresas do setor de mineração e metais é o grande risco a ser enfrentado em 2018, mostra o relatório 10 Principais Riscos enfrentados em Mineração e Metais 2017-2018, divulgado nesta semana pela consultoria EY

A consultoria diz que o processo de digitalização já apresenta impacto significativo nas companhias do setor mineral, incluindo o uso de novas tecnologias para apoiar os esforços de melhoria digital e margens. Uma pesquisa realizada pela EY com mais de 700 representantes da indústria mostra que a maioria, cerca de 62%, deu partida nesse processo, que envolve termos como *blockchain*, disrupção, inteligência artificial, commodities do "Novo Mundo", a disciplina Analítica e Internet das Coisas (IoT).

Essas novas tecnologias estão sendo aplicadas na melhoria geral da produtividade, no contato entre almoxarifados virtuais e manutenção de equipamentos, no aprimoramento de vendas em tempo real e análise do comportamento do consumidor, investimento em novas commodities para novas demandas, como é o caso dos veículos elétricos.

"O relatório de riscos de negócios deste ano reflete claramente a melhora do mercado, a volatilidade diminuiu em uma série de commodities, e os balanços estão em melhor situação. Agora se trata de ficar à frente da concorrência, ganhar vantagem competitiva e permanecendo na parte inferior da curva de custo é fundamental. A gestão dos riscos ajudará empresas de mineração e metais a fazer isso ", disse Paul Mitchell, líder de consultoria da EY Global Mining & Metals.

Mas a lista não traz somente a transformação digital. Nas quatro posições seguintes vêm o retorno ao acionista, que precisa ser competitivo; riscos cibernéticos; e um risco inédito, o das mercadorias do "Novo Mundo".

O risco cibernético subiu para a posição número três como resultado do aumento de transformação e convergência de tecnologia da informação (TI) e da tecnologia operacional (OT), o que torna as empresas mais vulneráveis à contínua atividade criminosa no setor.

A novidade do risco número quatro são as novas commodities, resultado da disrupção em outros setores, devido ao maior foco na sustentabilidade, o que está tendo um grande impacto nas commodities. O fim dos carros com motores a explosão

irá afetar uma parte significativa da demanda por platina: quase metade da produção global de platina é usada em conversores catalíticos para remover a poluição por diesel. Outras commodities, como cobalto, lítio e níquel, serão beneficiadas pelo aumento da demanda por baterias de grande capacidade.

A lista se completa com risco regulatório; otimização no uso do caixa; licença social para operar; reposição de recursos minerais; acesso e otimização de energia e a administração de joint venture.

Fonte: Notícias de Mineração

Data: 28/03/2018



FINEP TEM R\$ 7 BI PARA CRÉDITO A SETORES COMO MINERAÇÃO E METALURGIA

A Finep já tem disponível cerca de R\$ 7 bilhões para contratação (crédito) de projetos de inovação, o que engloba o financiamento ao setor de mineração e metalurgia, em 2018. O anúncio foi feito na terça-feira, 27/3, pelo diretor de Inovação da financiadora, Rennys Aguiar. O executivo abriu o Workshop Finep de Fomento à Inovação: Setor Mineração & Metalurgia, realizado em São Paulo, em parceria com a Associação Brasileira de Metalurgia, Materiais e Mineração (ABM). O superintendente de Inovação em Indústria, Engenharia e Serviços da Finep, Mauricio Syrio, também participou do evento.

O setor de mineração e metalurgia emprega mais de 180 mil pessoas. Só no ano passado, a indústria movimentou US\$ 32 bilhões no País. "Queremos dar suporte para que as companhias consigam superar os desafios do setor. Para isso, pensamos em produtos específicos e que atendem as nuances desse mercado", destacou, frisando que mais 600 milhões de dólares (também para financiamento reembolsável de projetos de inovação) estão prestes a ser fechados com o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento).

Para o presidente da ABM, Horacido Leal, a parceria com a Finep tem um papel fundamental no desenvolvimento do mercado. "Essa é uma maneira que a ABM encontrou para colaborar com nossas empresas associadas, trazendo oportunidades de melhoria e evolução. A indústria 4.0 já é realidade em várias partes do mundo, mas o Brasil ainda está engatinhando. Por isso, medidas como essa são extremamente relevantes para o setor", disse.

Inova Mineral

Em janeiro desse ano, a Finep e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) aprovaram investimento de mais de R\$ 1,4 bilhão em pesquisas, desenvolvimento e inovação para o setor mineral. Os projetos foram selecionados por meio da segunda etapa do programa Inova Mineral. A demanda, segundo Rennys, superou a primeira etapa da chamada. Na época, foram aprovadas 24

propostas entre 42 inscritas, totalizando R\$ 737 milhões em investimentos. "Esse mesmo sucesso é esperado com as linhas de financiamento. Acredito que vamos conseguir apoiar diversas iniciativas que vão potencializar essa indústria, consolidando o setor como protagonista no desenvolvimento econômico do país", concluiu o diretor da Finep.

Fonte: Finep

Data: 29/03/2018



SENADORES MANTÊM VETO À CRIAÇÃO DE 130 CARGOS COMISSIONADOS NA ANM

O Congresso manteve ontem vários vetos presidenciais a uma Lei decorrente da Medida Provisória 791/2017, que criou a Agência Nacional de Mineração (ANM), em substituição ao DNPM. Entre os dispositivos vetados do projeto está, por exemplo, a criação de 130 cargos comissionados para atuarem no órgão regulador

Além disso, os senadores vetaram a determinação de a ANM tenha uma unidade administrativa em cada Estado. Também foram vetados cinco artigos que tratavam da distribuição de cargos de servidores dentro da instituição, sob o argumento de evitar o aumento das despesas com cargos em comissão e para exercícios futuros.

Os senadores vetaram ainda o inciso segundo o qual a Agência Nacional de Mineração, na solução de conflitos, poderia alterar em caráter temporário ou mesmo revogar títulos minerários. Também o trecho que determinava a comunicação ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), pela ANM, de fato que pudesse indicar infração da ordem econômica, principalmente os relacionados à concentração de mercado decorrente de cessão de direitos minerários.

Além dos vetos referentes à ANM, senadores mantiveram também outros quatro vetos presidenciais, que falam sobre negociação coletiva de servidores; motoristas embriagados; Regime Especial de Tributação para Desenvolvimento da Atividade de Exibição Cinematográfica (Recine) e da Lei do Audiovisual; e ao orçamento deste ano.

Marco Regulatório

O presidente Michel Temer deve assinar, nos próximos dias, vários atos que regulamentarão o novo marco regulatório da mineração no Brasil. O setor, que representa 4,2% do PIB brasileiro e 25% da balança comercial, reivindica a atualização do Código de Mineração, em vigência desde 1967, há algum tempo.

"Este novo marco regulatório sempre foi o anseio de mais de 30 anos do setor mineralógico", afirma Vicente Humberto Lôbo Cruz, secretário da área de mineração, geologia e transformação mineral do Ministério de Minas e Energia, e que foi o coordenador e mentor da equipe que elaborou os projetos que serão transformados em lei por iniciativa da Presidência da República.

"Ao longo de 2017, a atuação do Ministério esteve direcionada à modernização instrucional e normativa com o objetivo de revitalizar a indústria mineral brasileira, contribuindo para a retomada do crescimento econômico do país", afirma Lôbo.

As medidas preconizadas pelo programa consistem em: modernização do Código de Mineração; atualização da legislação de regência da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM) e a criação da Agência Nacional de Mineração. Duas dessas medidas já foram encaminhadas ao Congresso Nacional como Medidas Provisórias e convertidas em Lei. Falta, agora, a regulamentação administrativa.

Segundo Vicente, a atualização da CFEM se deve ao fato da legislação que disciplina o pagamento de royalties da mineração ser portadora de defeitos que prejudicam a sua execução, frustrando a arrecadação em um setor de grande potencialidade. Além, é claro, de gerar incertezas para os beneficiários de suas receitas. "Nesse sentido", diz Lôbo, "propôs-se uma revisão da base de cálculo das alíquotas e das sanções pelo inadimplemento".

Fonte: Notícias de Mineração

Data: 04/04/2018



FALHA EM SOLDA CAUSOU VAZAMENTOS EM MINERODUTO DA ANGLO AMERICAN

Informação foi divulgada pela Secretaria de Meio Ambiente de MG e confirmada pela mineradora. Em menos de 20 dias, dois vazamentos de minério foram registrados em Santo Antônio do Grama

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad) informou, na manhã deste sábado (31), que os dois vazamentos no mineroduto Minas-Rio, da Anglo American, foram provocados por uma falha na solda de partes da estrutura e que os dois tubos que se romperam são do mesmo lote. Procurada pelo G1, a mineradora confirmou a causa dos incidentes e disse que, agora, será investigado o que gerou as falhas.

O segundo vazamento aconteceu na última quinta-feira (29), menos de 20 dias após o primeiro. Desta vez, cerca de 650 toneladas de polpa de minério – uma mistura de minério e água – foram liberadas e atingiram uma fazenda, além do Ribeirão Santo Antônio. O abastecimento de água não foi prejudicado porque a captação já estava sendo feita em outro ribeirão.

Segundo a Anglo American, o tubo em que houve o segundo vazamento foi inspecionado antes da retomada do funcionamento do mineroduto. Entretanto, de acordo com a empresa, não foi verificado nenhum indício de problema.

De acordo com a Semad, duas vistorias foram feitas por técnicos do Núcleo de Emergência Ambiental (NEA) nesta sexta-feira (30) e nesta manhã. A equipe

constatou que a distância entre os dois pontos de vazamento é de cerca de 220 metros. Inicialmente, a empresa havia informado que os locais estavam cerca de 400 metros distantes.

Durante a vistoria, os técnicos da Semad também percorreram a extensão do Ribeirão Santo Antônio do Grama até a foz com o Rio Casca e constataram que havia depósito de minério em diversos trechos do ribeirão, que foi tingido por uma coloração avermelhada.

Ainda de acordo com a secretaria, a Anglo American deverá cumprir uma série de medidas ambientais:

- Fazer um laudo com descrição dos danos provocados em decorrência do acidente (em 48 horas).
- Encaminhar um relatório das causas prováveis do acidente (em 5 dias úteis).
- Elaborar um relatório das medidas tomadas pela empresa, entre o primeiro e o segundo vazamento (em 72 horas).
- Atualizar do cronograma de inspeção de integridade do mineroduto (em 72 horas).
- Fazer um monitoramento de águas e sedimentos
- Elaborar um relatório contendo os dados técnicos e a memória de cálculo do quantitativo de polpa de minério vazado (em 5 dias úteis).
- Rever o programa de gerenciamento de riscos (em até 120 dias).
- Em relação às medidas, a assessoria da Anglo American disse que foi notificada. Informou ainda que algumas ações estão sendo providenciadas e que outras já estão em curso.

Produção parada

Logo após o vazamento, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) suspendeu a licença ambiental do mineroduto, impedindo temporariamente o transporte do minério.

Nesta sexta-feira (31), a empresa anunciou que dará férias coletivas a funcionários da mina e da planta de beneficiamento em Conceição do Mato Dentro, na Região Central de Minas. Durante uma entrevista coletiva, o presidente da Anglo American, Ruben Fernandes, garantiu que as atividades serão retomadas somente após os 529 quilômetros do mineroduto serem inspecionados, o que, segundo ele, deve levar aproximadamente 30 dias.

Fernandes disse ainda que empresa terá que reprogramar as entregas, pois não há mais estoque de minério no Porto do Açú, em São João da Barra (RJ). Ele afirmou ainda que a previsão para produção neste ano era de 13 milhões de toneladas, mas agora este número será revisto.

“Nós tínhamos estoque no porto quando do primeiro incidente, cerca de 15 dias ou um pouco mais. Esse estoque foi consumido, ou seja, não tivemos nenhum impacto em clientes até agora. Com essa parada maior, com certeza, a gente vai ter um impacto nos próximos embarques. A gente já começou a comunicação com os clientes para reprogramar esses embarques. Assim que nós tivermos retomado a capacidade produtiva, seja em 30 [dias] ou seja em um pouco mais, é possível a gente reprogramar os embarques com os clientes ao longo do ano”, disse.

Mineroduto

A Anglo American extrai minério de ferro em Conceição do Mato Dentro, onde ele é misturado com água para produzir uma polpa. Esse material é bombeado para o mineroduto, que passa em Santo Antônio do Gramma.

A instalação de 529 quilômetros também passa pelo Rio de Janeiro. No Porto do Açu, em São João da Barra (RJ), o minério de ferro é separado da água e embarcado em navios para exportação. A água eliminada é tratada e jogada no mar.

Segundo a Anglo American, o mineroduto, inaugurado em 2014, é o maior do mundo. A empresa diz que é um meio de transporte seguro, monitorado em todo o trajeto. Diz ainda que tem um plano de emergência para o caso de vazamentos, que, mesmo sendo raros, podem ocorrer, e, de acordo com a própria mineradora, causar danos ao meio ambiente.

De acordo com a mineradora, o material que vazou é considerado resíduo não perigoso.

Fonte: G1

Data: 31/03/2018



MINERAÇÃO É SEGUNDO SETOR NA BOLSA QUE MAIS LUCRA

As empresas brasileiras de capital aberto registraram uma alta de 17,06% no lucro líquido em 2017, na comparação com 2016, segundo levantamento da provedora de informações financeiras Economatica. O setor de mineração, com três empresas, teve o segundo maior lucro: R\$ 17,4 bilhões, crescimento de 22,8% ante 2016

Segundo o website da B3, a Bolsa de Valores de São Paulo, as empresas do setor de mineração com ações negociadas em bolsa são a Vale, o Bradespar, a Litel Participações e a MMX Mineração e Metálicos. A Bradespar e a Litel têm como atividade gerir participações acionárias na Vale, enquanto que a MMX registrou prejuízo de R\$ 28 milhões no ano passado.

O lucro líquido consolidado das 295 empresas analisadas somou R\$ 144 bilhões, ante R\$ 123 bilhões em 2016.

O levantamento foi elaborado com base nos demonstrativos financeiros padronizados entregues à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), não foram considerados outros informes que as empresas tenham apresentado ao mercado.

O maior lucro em 2017 foi o do Itaú Unibanco, com R\$ 23,9 bilhões, seguido pela Vale, com R\$ 17,6 bilhões. Na sequência, as empresas mais lucrativas foram Bradesco, Banco do Brasil e Santander.

Já a Dommo, do setor de petróleo e gás, registrou o maior prejuízo entre as empresas de capital aberto: perda de R\$ 1,95 bilhão. Eletrobrás teve o segundo maior prejuízo de 2017, com R\$ 1,76 bilhão, seguida por BR Pharma, com R\$ 1,62 bilhão.

O setor bancário, com 23 instituições, registrou o maior lucro consolidado em 2017, com R\$ 63,1 bilhões, alta de 12,27% com relação ao ano de 2016.

Dos 26 setores analisados somente três tiveram prejuízos no ano de 2017. O setor de construção, com 20 empresas, registrou as maiores perdas com R\$ 3,4 bilhões. E foi seguido por agropecuária, com perdas de R\$ 432,8 milhões, e siderurgia e metalurgia, que teve prejuízo agregado de R\$ 169,5 milhões.

Fonte: Notícias de Mineração

Data: 03/04/2018



CRATERA AVANÇA NO QUÊNIA E SINALIZA DIVISÃO DO CONTINENTE AFRICANO EM DOIS

Região afetada está na fronteira entre duas placas tectônicas que se afastam

Eliud Njoroge estava em casa quando viu surgir uma rachadura no chão da casa onde vivia, em Mai Mahiu, no Quênia. Naquele momento, não teve dúvidas, sabia que não se tratava de uma falha na construção. Ele abandonou a residência com a esposa e convocou os vizinhos para retirar os pertences. Poucos dias depois, a construção foi engolida por uma cratera. A fissura que provocou a tragédia na vida de Njoroge se estende por vários quilômetros e, num futuro distante, deve dividir o continente africano em dois.

O local onde Njoroge vivia está sobre o Grande Vale do Rifte, uma região de intensa atividade sísmica na fronteira entre a placa tectônica africana com a somali. Em artigo publicado no site Theconversation.com, a pesquisadora Lucia Perez Diaz, da Universidade de Londres, explica que o vale se estende por cerca de 3 mil quilômetros, do Golfo do Áden, ao norte, até o Zimbábue, com uma estrutura geológica única formada por um fenômeno conhecido como rifte continental: o afastamento em direções opostas de duas placas tectônicas.

“As fendas são o estágio inicial da fratura continental e, se bem-sucedida, pode levar à formação de uma nova bacia oceânica”, explicou Lucia. “Um exemplo na Terra de onde este fenômeno aconteceu é o oceano Atlântico Sul, que resultou na separação da África da América do Sul há 138 milhões de anos”.

A estimativa é que a placa tectônica somali esteja se afastando da placa africana a um ritmo aproximado de 25 milímetros por ano. Nesse ritmo, o continente deve se partir em dois daqui a algumas dezenas de milhões de anos, mas isso não quer dizer que suas consequências não possam ser sentidas. A fissura que destruiu a casa de Njoroge surgiu em meados do mês passado, após semanas de fortes chuvas, inundações e tremores de terra. A rachadura com cerca de 15 metros de largura afetou outras residências e interrompeu o trânsito na principal rodovia da cidade.

— Eles construíram a estrada sem saber que existia uma falha geológica, por isso as empreiteiras estão em modo de espera, já que não sabem para onde a fissura seguirá — avaliou o geólogo David Adele, em entrevista à Reuters.

De acordo com o especialista, não é possível conter o avanço da rachadura, já que se trata de movimentos da crosta terrestre. Por isso, autoridades e a população

devem ficar alertas, principalmente em períodos de chuvas, como o esperado para os próximos meses.

— As pessoas devem ficar em alerta, especialmente quando chove. Verificar se existem rachaduras, terras que estão afundando ou tremores — recomendou Adele.
— As rachaduras avançam praticamente em linha reta, então é possível projetar. Se você avistar uma fissura vindo na sua direção, vá embora.

Fonte: O Globo

Data: 02/04/2018

ESTADO DE MINAS

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE MULTA ANGLO AMERICAN EM R\$ 125 MILHÕES

Valor é referente apenas ao primeiro vazamento no mineroduto da empresa, que ocorreu em 12 de março

A Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad) emitiu, nesta quarta-feira, o auto de infração referente ao primeiro vazamento do mineroduto da empresa Anglo American, que contaminou o Ribeirão de Santo Antônio do Grama, na Zona da Mata, com 318 toneladas de polpa de minério.

O acidente ocorreu em 12 de março, em Santo Antônio do Grama, na Zona da Mata. Além de já ter determinado uma série de medidas ambientais à mineradora, a Semad multou a empresa em R\$ 125.592.097,99.

A Semad informou que a autuação pelo segundo vazamento registrado no mineroduto Minas-Rio, em 29 de março, com aplicação de nova multa, será divulgada após análise.

De acordo com o órgão, "o cálculo foi feito com base no artigo 80 do Decreto Estadual nº 47.383/18, tendo em vista que a Anglo, considerada uma empresa de grande porte, causou poluição e degradação ambiental que resultou em dano aos recursos hídricos, gerou ainda dano ou perigo de danos à saúde pública e ao bem-estar da população".

Em nota, a Anglo American informou que está analisando o auto de infração recebido nesta tarde e, posteriormente, irá se posicionar. A empresa ressaltou que foram tomadas todas as medidas para a minimização dos efeitos dos incidentes, "o que incluiu a imediata suspensão de suas operações, o trabalho de limpeza do ribeirão e o diálogo permanente com os moradores".

Conforme a companhia, medidas de contenção e reparação continuam. "São 37 barreiras ao longo do ribeirão. A pluma não alcançou o Rio Casca. A empresa mantém mais de 200 profissionais trabalhando na limpeza da calha e das margens do córrego".

Suspensão das atividades

As atividades no mineroduto da Anglo American em Santo Antônio do Grama, na Zona da Mata, deverão ficar paralisadas durante 90 dias. A mineradora confirmou o aumento do prazo – anteriormente de 30 dias – na manhã desta terça-feira.

O empreendimento foi interditado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (Ibama) após o registro do segundo vazamento nos dutos em 17 dias.

Além disso, a empresa vai dar férias coletivas para parte do pessoal que trabalha na mina, usina e planta de filtragem por 30 dias, a partir de 17 de abril. Para o período subsequente, vai conversar com o sindicato e autoridades para definir as alternativas que sejam mais adequadas para seus empregados.

Fonte: Estado de Minas

Autora: Silvia Pires

Data: 04/04/2018



TEMER CONFIRMA MOREIRA FRANCO COMO MINISTRO DE MINAS E ENERGIA

O presidente Michel Temer bateu o martelo e confirmou neste domingo a indicação do até então ministro da Secretaria Geral da Presidência, Moreira Franco, para a pasta de Minas e Energia, informou a Secretaria de Comunicação da Presidência.

A indicação do ministro configura uma solução caseira para uma disputa em torno do Ministério de Minas e Energia entre os senadores Edison Lobão (MA) e Eduardo Braga (AM), que já ocuparam o posto e queriam a vaga.

Ambos, no entanto, são contrários à privatização da Eletrobrás, e tiveram suas indicações vetadas pelo Planalto.

Na Secretaria Geral da Presidência, Moreira é o responsável pela coordenação do Programa de Parcerias e Investimentos (PPI), que toca as concessões e privatizações, e deve herdar o processo da Eletrobrás e o leilão do pré-sal, duas ações consideradas cruciais para o governo este ano.

A indicação também garante por mais algum tempo o foro privilegiado do ministro, já que sua nomeação para a Secretaria Geral é alvo de questionamento no Supremo Tribunal Federal (STF).

Fonte: Terra

Data: 08/04/2018



CANADIAN JUNIOR JOINS 'STAKING RUSH' IN BRAZIL

Altamira Gold has joined what some are calling a "staking rush" in Brazil's Juruena Belt, located in the western Mato Grosso state.

By adding 52,378 hectares and increasing the company's land positioning to over 200,000 hectares in the area, Altamira mimics the strategies advanced by Anglo

American and Nexa Resources, who acquired over 3 million hectares of claims back in September.

Both Anglo's and Nexa's new claims surround Altamira's twelve projects in the region. There are rumours of a porphyry copper discovery in the eastern part of the belt.

In a press release, Altamira explained that the new claims are close to the firm's Fazenda Mogno and Santa Helena properties. "The largest of the two new areas was at Fazenda Mogno where the land position has increased to a total of 41,945 hectares. The Santa Helena project has also been expanded and now comprises a total of 21,039 hectares and is the company's closest project to the newly discovered copper porphyry at the Jaca Target," the statement reads.

But the miner is not only expanding its reach. It is also starting a copper exploration program at Santa Helena, located in eastern part of the Juruena belt. According to the company, the project is characterized by gold mineralization on surface which may be related to a concealed porphyry copper system.

"Porphyry copper deposits generally occur in clusters or belts. Where there is one, there are usually others. Gold deposits are frequently found peripheral to major porphyry copper systems and it may be that most of the gold occurrences in the belt are peripheral to yet unrecognized porphyry copper systems. We are excited to be the only junior with claims strategically situated in the heart of the belt and look forward to the results of our ongoing exploration program," Michael Bennett, President and CEO of Altamira, said in the brief.

Fonte: Mining

Autora: Valentina Ruiz Leotaud

Data: 04/04/2018



MESMO COM NOVOS PROJETOS DEPENDÊNCIA EXTERNA PERSISTE

A pesar dos esforços dos produtores nacionais, a dependência de importações das matérias primas para fertilizantes, notadamente potássio, rocha fosfática e enxofre, continua pesando negativamente na balança comercial brasileira. De acordo com números compilados pelo Ministério de Minas e Energia, com base nas informações do sistema Aliceweb/ MDIC, em 2017 as importações desses três insumos somaram US\$ 2,755 bilhões, mais que 1/3 das importações minerais do País.

Foram importadas, no ano passado, 9,674 milhões de toneladas de potássio, volume bem acima das 8,713 milhões de toneladas que ingressaram no Brasil em 2016. Como os preços do cloreto de potássio (KCl) aumentaram 8,3% de um ano para outro, o desembolso com importações de potássio foi de US\$ 2,394 bilhões. Em valor, as importações de potássio só perdem para o carvão metalúrgico, com o qual o Brasil gastou US\$ 3,629 bilhões em importações no ano passado.

O enxofre figura em segundo lugar na pauta de importações de matérias primas para fertilizantes, com um volume de importações de 2,651 milhões de

toneladas, equivalentes a US\$ 213 milhões. Em 2016 o volume de importações havia sido menor, totalizando 2,357 milhões de toneladas, a um valor de US\$ 192 milhões.

A rocha fosfática, da qual a dependência brasileira é menor, em 2017 teve importações de 1,903 milhão de toneladas, que custaram US\$ 148 milhões, valor abaixo do que foi gasto em 2016, quando as 1,711 milhão t custaram US\$ 152 milhões. É que o preço da rocha fosfática apresentou uma redução de -12,46% de 2016 para 2017.

E, pelo menos em médio prazo, a dependência deverá continuar. Em potássio, a única mina em operação no Brasil, a de Taquari-Vassouras, em Sergipe, que era controlada pela Vale e agora passou para a Mosaic, encontra-se em processo de exaustão. Os dois projetos que existem planejados, o da Potássio do Brasil em Autazes (AM) e o Carnalita, da Mosaic (herdado da Vale), em Sergipe, não têm ainda um horizonte preciso de quando poderão iniciar operações. O empreendimento da Potássio do Brasil, orçado em cerca de US\$ 1 bilhão, ainda enfrenta dificuldades relacionadas com o licenciamento ambiental. Já o projeto Carnalita, para o qual a Vale tinha um orçamento da ordem de US\$ 1,8 bilhão, agora depende das prioridades da Mosaic, que prometeu às autoridades locais retomar o projeto. Assim, tudo indica que pelo menos nos próximos três anos a dependência brasileira de importações de potássio não só vai continuar como também aumentar, em função da redução da oferta interna que era proporcionada por Taquari-Vassouras.

No enxofre, havia a perspectiva de que as fábricas que a Petrobras estava implantando poderiam amenizar a dependência. Mas vieram os escândalos da Operação Lava-Jato, os projetos da Petrobras foram descontinuados e agora estão sendo ofertados a interessados. Ou seja, também no enxofre os desembolsos com importações devem se manter.

Serra do Salitre opera em 2018

Em curto prazo, o acréscimo na oferta de fosfato no País acontecerá através da Galvani, empresa controlada pelo grupo Yara, que ainda em 2018 deverá iniciar as operações da mina que faz parte do Complexo Minerio industrial de Serra do Salitre, localizado no município de mesmo nome, no estado de Minas Gerais, no qual estão sendo investidos R\$ 2,6 bilhões, constituindo-se em um dos maiores investimentos privados em andamento no País.

Quando em operação, o complexo vai permitir duplicar a produção de fertilizantes da Galvani e substituir a importação de 400 mil toneladas por ano de P2O5, contribuindo para a redução da dependência de importações e redução do déficit da balança comercial do setor de fertilizantes. Além disso, segundo Lieven Cooreman, CEO da Galvani, o empreendimento "vai gerar emprego e renda para a população e apoiar a produção de alimentos no País".

Atualmente, como informa o dirigente, o projeto está em fase adiantada de obras e enquanto isso a empresa já desenvolve várias ações com vistas à preparação para o início das atividades da mina. A operação das plantas químicas está prevista para 2019.

O projeto "Transição para a Operação" é um processo que, segundo a empresa, "visa acionar e permitir que todos os setores da unidade estejam preparados para a operação, com os melhores prazos e de forma produtiva. Com este processo, a empresa soma as melhores práticas internas e do mercado para que as atividades

fundamentais sejam cumpridas, além de integrar o projeto à operação da companhia da melhor maneira, permitindo que o start up seja o mais eficaz possível".

Atualmente, as obras na implantação do complexo empregam cerca de duas mil pessoas e a previsão é que, no pico das obras, estejam envolvidos aproximadamente três mil trabalhadores nas mais diversas especialidades.

Cooreman informa que a Galvani prioriza a contratação de pessoal local e por isto está "investindo na formação de mão-de-obra, firmando parcerias com o governo estadual, prefeituras municipais da região, secretarias de Educação e Desenvolvimento Social, além de instituições de capacitação, como Sesi, Senat e Senai". Quando estiver no auge das operações químicas e de mineração, o Complexo irá gerar cerca de 1.200 empregos diretos, segundo a empresa.

O CEO da Galvani acrescentou que a empresa realiza ainda ações sociais, tanto diretamente quanto através do Instituto Lina Galvani, para que a vida das comunidades onde estão localizados seus empreendimentos seja impactada positivamente com seus empreendimentos. A intenção, diz o executivo, é que "estes territórios possam se desenvolver por si sós", através de projetos de geração de renda, desenvolvimento de fornecedores locais, capacitação de mão de obra local, fortalecimento das instituições civis e pública, educação, entre outros".

Mosaic

Ainda em fosfato, a Mosaic tornou-se o principal produtor nacional da matéria-prima, com a aquisição dos ativos da Vale em Minas Gerais, Goiás e São Paulo. Entre os ativos herdados da Vale está o projeto para aproveitamento de uma grande reserva de rocha fosfática no município de Patrocínio (MG). O projeto, originalmente orçado em R\$ 3,6 bilhões, sofreu modificações ainda por parte da própria Vale e ao invés da implantação de um complexo envolvendo mina e planta de beneficiamento, será aberta apenas a mina, com capacidade para produzir até 6,5 milhões de toneladas/ano de rocha fosfática, que será transportada por ferrovia para o complexo de processamento que a empresa possui em Araxá (MG). O investimento previsto caiu para cerca de R\$ 1 bilhão.

CMOC

Outro player no segmento de fosfato, a CMOC, que se tornou o segundo maior produtor nacional, com a aquisição dos ativos que pertenciam à Anglo American, vem se dedicando, no momento, a projetos de aumento da produtividade. A companhia também herdou da Anglo American um projeto de expansão da capacidade em suas instalações de Catalão/Ouvidor (GO), mas a decisão sobre a implantação ainda continua em estudos, sem prazo definido.

Em 2017 a Copebras, que é controlada da CMOC International Brasil na área de fertilizantes, produziu 1,348 milhão de toneladas de concentrado de fosfato, mais 305,6 mil toneladas de ácido fosfórico, 1,152 milhão t de fertilizantes e 179,1 mil t de fosfato bicálcico (DCP), segundo Fernando Rezende, diretor de Operações da CMOC International Brasil.

No que diz respeito às operações, ele informa que a empresa alcançou "números muito positivos e recordes no ano passado. O ácido fosfórico registrou, em agosto, um total de 14.598 toneladas produzidas, estabelecendo um novo recorde para a operação. A granulação, por sua vez, registrou o maior recorde em 31 anos, atingindo,

em outubro, a marca de 28.579 toneladas. Também batemos recorde na produção de DCP".

Tais resultados, de acordo com Rezende, são fruto da otimização dos processos, utilizando "metodologias modernas que conciliam redução de custo com eficiência operacional". Algumas das ferramentas utilizadas, para isto, foram o Lean Seis Sigma, o Gerenciamento de Rotina Diária (GRD) e o Kaizen, que permitiram melhorar o controle de parâmetros de processo e produção, "analisando tendências, buscando a estabilização das operações, alavancando os resultados e identificando oportunidades de melhorias", diz. A empresa também realizou a substituição de equipamentos importantes nos últimos anos, a fim de assegurar maior disponibilidade operacional e qualidade dos produtos.

Quanto à estratégia de crescimento, aprovada recentemente, a mesma tem como alavancas principais "o incremento da nossa competitividade com ações voltadas para novos produtos e reduções de custos, aumentando nossa capacidade produtiva para crescer nossa participação de mercado".

A empresa considera que dá para continuar competitiva com a escala atual de produção. "Aumentar a competitividade do setor é o grande desafio do mercado de fertilizantes brasileiro. Atualmente, 55% do consumo de fertilizantes fosfatados do País é atendido por importação. Por isso, precisamos mudar esta realidade. Em 2017, o mercado de fertilizantes apresentou um desempenho mais modesto em relação ao ano anterior, muito em função dos menores preços das principais commodities agrícolas. Nossas expectativas, porém, são que 2018 deve ser um ano de crescimento mais acentuado, seguido do ajuste de estoques previsto para este ano no mercado de grãos", afirma Fernando Rezende.

Sobre a entrada de novos players no mercado brasileiro de produção de matérias primas para fertilizantes (Yara e Mosaic), o diretor opina que se trata de "um desafio salutar" e que vê de forma positiva o seu desempenho no mercado. "Nossas vendas têm avançado em linha com o nosso planejamento. O mercado de fertilizantes tem grande potencial, especialmente pelas características do Brasil, que é um dos grandes produtores de alimentos do mundo. O consumo de fertilizantes no Brasil vem crescendo, em média, mais que o dobro do crescimento mundial. Contudo, precisamos melhorar a participação do setor em âmbito nacional", conclui.

Yoorin cresce com termofosfato

Desde que foi adquirida pelo grupo Curimbaba, em 2010, a Yoorin Fertilizantes (antiga Mitsui Fertilizantes) vem apresentando taxa de crescimento expressiva, da ordem de 15,7%, na produção de fertilizantes Premium, obtidos a partir diferenciados de alta eficiência agrônômica. Com o seu principal produto, o Ekosil, produzido à base de rocha potássica, a empresa informa que apresentou crescimento médio de 30% ao ano, nos últimos cinco anos, ou seja, desde quando o produto foi lançado no mercado. Para a produção do Ekosil, a companhia utiliza tecnologia japonesa, com um processo diferenciado de eletrofusão, gerando produtos que "proporcionam alta produtividade para as lavouras, não agredem o meio ambiente e corrigem a acidez do solo".

A Yoorin possui a maior planta de produtos fosfatados do mundo e atualmente é a única a poder usar rochas potássicas como fertilizantes. Suas jazidas estão localizadas em Poços de Caldas (MG). Atualmente a empresa possui capacidade

para produzir 400 mil toneladas de fertilizantes, o que dá para atender a 800 mil hectares de lavouras. A empresa iniciou, em 2016, um programa de investimentos para ampliar a fábrica, aumentar a linha de fertilizantes e diversificar o portfólio. Assim, agora ela conta com sete linhas principais, totalizando 37 produtos.

"A Yoorin acredita no potencial dos fertilizantes minerais e em seus diferenciais de eficiência agrônômica para uma agricultura rentável e que traga benefícios ao meio ambiente, uma vez que podem ser utilizados em lavouras convencionais ou orgânicas com alta eficácia", ressalta Yuji Ieire, líder agrônômico e comercial da empresa.

Fonte: Brasil Mineral

Autor: Francisco Alves

Data: Ano XXXIV Edição Janeiro/Fevereiro Nº 378



GOLD FORGES BEST RUN SINCE 2011 AS STARS ALIGN FOR BULLION BULLS

Gold bulls are finding 2018 offers plenty of reasons to be cheerful.

Bullion's wrapping up a third quarterly gain, a feat not seen since 2011, and exchange-traded fund holdings are near the highest in a half-decade. Haven demand may also get a boost with foreign-policy hawks in the ascendant in Washington.

While spot bullion was little changed at \$1 325.17/oz on Thursday, the metal is up 1.7% this quarter, following a 1.8% gain in the final three months of last year. The rise comes even as the Federal Reserve has been pulling the trigger consistently on US interest rates and despite Wednesday falling by the most since July.

Gold's haven qualities have come back in focus this year as President Donald Trump's administration picks a series of trade fights with friends and foes, and investors fret about equity market wobbles that started on Wall Street and echoed around the world. At the same time, although geopolitical tensions with North Korea may be easing, Trump's pick of John Bolton as his new national security adviser has spurred speculation of a potentially harder line against Iran.

"The new appointees bring a significantly more hawkish stance on foreign affairs," Australia & New Zealand Banking Group Ltd. said in a note on Thursday, referring to Bolton as well as Trump's choice of CIA Director Mike Pompeo to head the State Department. "While the obvious impact will be increasing safe-haven buying in gold, we see growing geopolitical risks raising concerns of supply-side issues in the oil market, too."

ETF HOLDINGS

Holdings in bullion-backed ETFs hit 2 268.6 metric tons last week, the most since 2013, data compiled by Bloomberg show. The hoard has risen about 43 t this year,

the eighth quarterly rise in the past nine. The dollar has weakened and global equities are set for the first quarterly fall since early 2016.

Meanwhile, trading activity in the metal has also soared. Volume on the Comex exchange, the biggest futures market, hit a record 23-million contracts in the first quarter, according to data compiled by Bloomberg.

Also on Thursday, spot silver rose 0.4% to \$16.36/oz on Thursday; the metal is down 3.4% this quarter. Platinum is heading for a second quarterly gain. Palladium has dropped 10% this year, set for the biggest quarterly loss since late 2015.

Fonte: Mining Weekly

Data: 30/03/2018



ARRECAÇÃO DA CFEM CRESCE QUASE 40% EM MARÇO

A arrecadação com a Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM), os royalties da mineração, totalizou R\$ 211 milhões no mês passado. Segundo dados da Agência Nacional de Mineração (ANM), o valor é 39,5% maior do que o arrecadado em março de 2017, que foi de R\$ 151,2 milhões

Apesar da maior arrecadação da CFEM na comparação anual, houve queda de 4,3% no valor arrecadado em comparação com fevereiro deste ano, mês que teve o maior recolhimento dos últimos 25 meses, com R\$ 220,1 milhões.

Assim como nos dois primeiros meses do ano, Minas Gerais foi o Estado que mais arrecadou CFEM em março, um total de R\$ 98,1 milhões. O valor representa um incremento de 42,9% em comparação com o mesmo mês do ano passado, quando foram arrecadados R\$ 68,7 milhões.

O Pará também mantém a posição de segundo principal Estado arrecadador de royalties da mineração, com uma arrecadação de R\$ 84,3 milhões no mês passado. O valor corresponde a um aumento de 60% em relação a março de 2017, quando a arrecadação foi de R\$ 52,7 milhões.

Goiás, com R\$ 7,8 milhões; Bahia, com R\$ 4 milhões; e São Paulo, com R\$ 3,4 milhões, completam os cinco Estados que mais arrecadaram com a CFEM no terceiro mês do ano.

De acordo com dados da ANM, a commodity que mais gerou receita no mês passado foi o minério de ferro, responsável pela arrecadação de R\$ 149,8 milhões, um aumento de 57,8% na comparação com março de 2017, quando a arrecadação foi de R\$ 95 milhões. No trimestre, a arrecadação com minério de ferro chega a R\$ 402,5 milhões.

A segunda commodity que mais gerou receita no mês passado foi o cobre, com R\$ 13 milhões, crescimento de 16,5% em comparação com março de 2017, quando a arrecadação foi de R\$ 11,1 milhões. No trimestre, a arrecadação com o minério de cobre chega a R\$ 47,7 milhões.

O ouro, por sua vez, foi o terceiro minério que mais gerou arrecadação de royalties no mês passado, com R\$ 9,4 milhões, um crescimento de 74% em relação a

março do ano passado, quando o valor recolhido foi de R\$ 5,4 milhões. No trimestre, a arrecadação de CFEM com ouro alcançou R\$ 33,6 milhões.

Taxa Anual por Hectare

Até março deste ano já foram pagos R\$ 41 milhões da Taxa Anual por Hectare (TAH), cerca de 82,9% do total previsto para o ano, que é de R\$ 49,4 milhões.

Fonte: Notícias de Mineração

Data: 02/04/2018



MOREIRA SUBSTITUI COELHO, QUE TROCA MDB POR DEM

Encerrado o prazo para a desincompatibilização dos ministros que vão concorrer nas próximas eleições, o presidente Michel Temer tenta concluir hoje a reforma ministerial. A data coincidiu com o fim da janela partidária, levando auxiliares de Temer a mudar de partido na última hora, como o ex-ministro de Minas e Energia Fernando Coelho Filho que trocou o MDB pelo DEM. Ontem o Planalto confirmou que Moreira Franco assumirá a pasta de Minas e Energia.

A posse de Moreira e dos novos ministros está programada para amanhã. Fernando Coelho havia deixado o PSB quando o partido se posicionou favoravelmente às denúncias contra o presidente Michel Temer, e estava sem partido. Há duas semanas, ele assinou a ficha de filiação ao MDB, pelo qual tentaria novo mandato de deputado federal por Pernambuco. Mas no último sábado migrou para o DEM do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (RJ), que passa a contar com 44 parlamentares, a quarta maior bancada, atrás de PT, PMDB e PSDB.

Ao Valor, o senador Fernando Bezerra (MDB-PE), pai do ex-ministro, atribuiu a decisão do filho à briga judicial entre o comando nacional do MDB e a direção da legenda em Pernambuco. Bezerra disputa com o deputado Jarbas Vasconcelos (MDB-PE) o controle da sigla no Estado.

Para o lugar de Coelho Filho, Temer optou por nomear um nome de seu núcleo mais restrito, o ministro Moreira Franco, que deixará a Secretaria-Geral da Presidência. Caberá a ele executar missões estratégicas como a capitalização da Eletrobrás e o mega leilão do pré-sal previsto para o segundo semestre.

"A política do ministério é de governo que terá continuidade, será mantida e aprofundada", disse Moreira ao Valor. Ele explicou que as mudanças serão mínimas, preservando-se grande parte da equipe que vem conduzindo o processo de privatização da Eletrobrás, bem como as ações da área de óleo e gás.

O secretário de Infraestrutura Hídrica, Antônio de Pádua Andrade, será o novo ministro da Integração Nacional, no lugar de Hélder Barbalho, que disputará o governo do Pará pelo MDB. Andrade é ligado ao pai de Hélder, senador Jáder Barbalho (MDB-PA), e foi diretor de Engenharia da Companhia Docas do Estado de São Paulo (Codesp). Para o lugar de Mendonça Filho na Educação foi escolhido o secretário de Educação Básica, Rossiel Soares.

Temer dará posse a Moreira e à nova equipe econômica amanhã, com Eduardo Guardia na Fazenda e Esteves Colnago no Planejamento. O ministro da Defesa, general Joaquim Silva e Luna, será mantido na pasta, mas Temer não sinalizou se o efetivará nesta reforma. Ainda está indefinido o sucessor de Moreira na Secretaria-Geral.

Também não foi indicado o sucessor de Sarney Filho na pasta do Meio Ambiente: ele quer emplacar a presidente do Ibama, Suely Araújo, enquanto a bancada do agronegócio indicou o presidente da Embrapa, Maurício Lopes. Outras pendências são os ministérios do Trabalho e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (Mdic), que estão com interinos. Decidiram continuar com Temer o chanceler Aloysio Nunes (PSDB) e Gilberto Kassab (PSD), de Ciência, Tecnologia e Comunicações, que concorrerem a vagas de senador por São Paulo.

Também prosseguem com Temer os ministros Carlos Marun (MDB), da Secretaria de Governo, Alexandre Baldy (PP), de Cidades, Blairo Maggi (PP), da Agricultura.

Fonte: Valor

Autores: Andrea Jubé e Marcelo Ribeiro (colaborou Fernando Exman)

Data: 09/04/2018



OMEX GLOBAL ANUNCIA REFINADORA NO PARÁ

A Omex Global e a belga Tony Goetz assinaram, dia 5 de fevereiro, um Protocolo de Intenções com o Governo do Pará para a instalação da primeira fábrica de refino de ouro da região Norte do Brasil. A unidade, com capacidade para 20 t/ano, será construída em Belém. Alinhado ao Programa Pará 2030, que tem como objetivo verticalizar o setor mineral no Estado, o projeto traz em sua concepção o uso de tecnologia de ponta para o refino do metal.

Os investimentos previstos - próprios da Omex Global - variam entre R\$ 35 milhões e R\$ 40 milhões e durante as obras deverão ser gerados por volta de 50 empregos, entre diretos e indiretos. A nova fábrica deverá ser construída em 18 meses. Representantes das mineradoras Serabi e Eldorado Gold, potenciais clientes da Omex, estiveram presentes na cerimônia de assinatura do acordo, assim como diretores da Associação Comercial e da Federação das Indústrias do Pará, além da Infraero.

Conforme salienta Roselito Soares, CEO da Omex Global, a nova refinadora irá atender especialmente aos estados do Amapá, Pará, Tocantins, Bahia, Maranhão, Rondônia e Mato Grosso, diminuindo assim os custos logísticos das mineradoras dessas localidades que hoje 34 Representantes da Omex Global e do governo do Pará dependem das purificadoras de ouro situadas na região Sudeste do Brasil.

Soares praticamente iniciou sua vida profissional comprando ouro diretamente de garimpos em uma empresa da família. Mas, insatisfeito com a falta de regras para o setor, decidiu criar, em 2014, um sistema diferente que permitisse fazer negócio diretamente com o minerador. Dessa ideia acabou nascendo a Omex Global,

exportadora brasileira de ouro que iniciou suas atividades em 2017 já com o diferencial de assegurar maior agilidade e competitividade ao setor.

Para conseguir agilidade, Soares conta que foi providenciada toda uma estrutura própria de transporte, com carros-fortes, aviões e helicópteros, além de um seguro confiável. Na parte de purificação do ouro, item bastante exigido pelos compradores internacionais, foi estabelecida a parceria com a empresa Tony Goetz, cujos laboratórios são certificados pelo instituto "Koninklijke Munt van België", da Bélgica.

Fonte: Brasil Mineral

Autor: Francisco Alves

Data: Ano XXXIV Edição Janeiro/Fevereiro Nº 378



NEXA RESOURCES GANHA SELO DE QUALIDADE INTERNACIONAL PARA O ZINCO

A Nexa Resources (ex-Votorantim Metais) é a primeira empresa brasileira a garantir o selo de qualidade internacional emitido pela International Zinc Association (IZA), entidade que reúne os principais produtores de zinco do mundo. O selo certifica a pureza do óxido de zinco comercializado pela empresa, que é utilizado na produção de fertilizantes para a agricultura.

A eventual presença de metais secundários no óxido de zinco utilizado em fertilizantes – como arsênio, cádmio, mercúrio, cromo e chumbo – pode ser prejudicial ao organismo humano e ao meio ambiente, a partir de determinada quantidade. Os produtos à base de zinco que tiverem o selo da IZA atestam respeitar os limites permitidos.

A Nexa é a quinta maior produtora mundial de zinco e foi a primeira empresa brasileira a obter a certificação internacional. “A obtenção do selo de qualidade da IZA pela Nexa é uma conquista para a empresa, mas é principalmente um enorme benefício para toda a cadeia produtiva de zinco e para todas as pessoas que vão consumir produtos agropecuários mais saudáveis e livres de contaminantes”, afirma Daniele Albagli, gerente-geral de marketing e desenvolvimento de mercado global da Nexa.

De acordo com a executiva, a criação do selo de qualidade internacional pelo IZA chama a atenção também para a necessidade do uso de fertilizantes à base de zinco em solos pobres desse micronutriente. “Pesquisas mostram que a presença de zinco no solo aumenta a escala de produção de alimentos ao mesmo tempo que enriquece os itens agrícolas. Ao ingerirmos produtos com maior teor de zinco, há melhora no sistema imunológico e na manutenção das células”, complementa Albagli.

O selo de qualidade da IZA foi autorizado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) brasileiro e é concedido aos produtos que estejam dentro dos parâmetros de pureza definidos mundialmente em parceria com a Organização de Pesquisa Científica e Industrial da Austrália (CSIRO). Para emitir o certificado, os técnicos da IZA realizam análises laboratoriais em amostras dos produtos

para verificar se há presença de metais secundários em quantidades acima das estabelecidas pela organização.

Os testes com as amostras são repetidos a cada três meses e, duas vezes ao ano, são feitos testes aleatórios com amostras coletadas no mercado. Além disso, a cada seis meses os testes são repetidos por laboratórios independentes, podendo a empresa perder o certificado caso o fabricante não mantenha a qualidade do produto ao longo do tempo. Se julgar necessário, a IZA ainda pode realizar auditoria nas empresas certificadas.

Fonte: In The Mine

Data: 05/04/2018



MG DÁ MAIS AGILIDADE NO LICENCIAMENTO AMBIENTAL PARA MINERAÇÃO

O governo de Minas Gerais (MG) criou uma plataforma virtual para dar mais agilidade ao sistema de licenciamento ambiental para processos minerais. A plataforma está disponível desde março e foi instituída pela Deliberação Normativa (DN) 217.

Ela integra o Sistema de Requerimento e de Licenciamento Ambiental, administrado pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad). A DN 217 foi publicada em substituição ao texto anterior da DN 74/2004.

Confira a seguir entrevista com o consultor do Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM), João Carlos de Melo sobre o tema.

O que muda com a plataforma virtual?

Pelo novo sistema, o interessado poderá identificar qual o porte e potencial poluidor do empreendimento pretendido e em função do local por ele previsto para instalar a atividade. Além disso, poderá também verificar a sua possível viabilidade, informando ainda, quais os estudos, relatórios e licenças complementares a serem apresentadas, tais como anuência do município onde se prevê implantação, supressão de vegetação, outorgas, possíveis ocorrências de cavidades, entre outras questões.

A plataforma visa evitar demoras nos atendimentos iniciais para formalização dos processos de licenciamento ambiental, como vinha ocorrendo no Estado, onde havia necessidade de uma senha para ser atendido.

Como essa nova Deliberação Normativa afeta o setor mineral mineiro?

A nova legislação ambiental em Minas Gerais está bastante dinâmica e acompanha a evolução socioeconômica do Estado. A atual legislação foi arquitetada com participação ampla da sociedade e paritária dos Poderes Públicos em suas várias esferas, sociedades civis produtivas, associações civis, por meio de representantes indicados, como foi a DN 01/1990, a DN 04/2004 a atual DN 217/2017 e legislações correlatas, como a Lei Estadual 21.972/2016 e o Decreto Estadual 47.373/2018.

A atual DN 217/2017, que entrou em vigor em 6 de março de 2018, foi construída no decorrer dos últimos anos, com várias apresentações e discussões de todos os segmentos citados, inclusive o setor mineral. A norma já propicia maior agilidade às avaliações de licenciamentos ambientais para o setor e, notadamente, gera mais informações para as empresas.

Este novo texto substitui o anterior da DN 74/2004. Quais as principais mudanças?

Como principal mudança, além do Porte e Potencial Poluidor que classificava os empreendimentos na DN 74/2004, incluiu-se na atual DN 217/2017 a questão locacional, com as características de onde se propõe implantar determinado empreendimento e, assim, prever as necessárias medidas de controle e possíveis mitigações.

Foi criado um maior número de classificação de empreendimentos, podendo, assim, identificar e classificar com mais detalhes e qualidade a atividade prevista. Com isso, os licenciamentos passam a ser mais ágeis, mais coerentes, inclusive concomitantes, compatíveis com seus aspectos e impactos ambientais, agora abrangendo porte, potencial poluidor e questões locais.

Quais vantagens você acredita que o setor mineral mineiro terá a partir desta publicação ocorrida mês passado?

Agilidade nos licenciamentos, não só pela nova DN, assim como pela dinâmica da estrutura que vem sendo montada pela Semad no Estado, inclusive por meio de convênios com municípios para permitir licenciamentos municipais a determinadas classes de empreendimentos.

Para acessá-la basta clicar no seguinte endereço eletrônico: Para acessá-la <http://licenciamento.meioambiente.mg.gov.br/>.

Fonte: Portal da Mineração

Data: 05/04/2018



FINALMENTE UMA AGÊNCIA REGULADORA PARA A MINERAÇÃO

A criação da Agência Nacional de Mineração (ANM) resultante da sanção da lei nº 13.575/2017 pelo presidente Michel Temer, no fim de dezembro, inicia uma nova era para o setor. A nova lei faz parte do Programa de Revitalização da Indústria Mineral Brasileira, apresentado em julho pelo Governo por meio das Medidas Provisórias nº 789, 790 e 791. Com o Programa, o Ministério de Minas e Energia (MME) previa um aumento de 4% a 6% na participação do setor mineral no Produto Interno Bruto (PIB).

As medidas eram destinadas a reformular o setor repercutindo em maiores investimentos, modernização da legislação e segurança jurídica ao tratar da mudança na forma de apuração da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM); da alteração de alguns pontos do Código da Mineração; e da criação

da ANM, em substituição ao Departamento Nacional Produção Mineral (DNPM), que há algum tempo não atendia às demandas da área.

Das três medidas, a menos polêmica de todas, a Medida Provisória nº 790, referente às mudanças no Código da Mineração, não foi apreciada em tempo e perdeu a validade, o que constituiu uma contradição. Já a 789, sob forma da Lei nº 13.540, relativa ao aumento na cobrança dos royalties da mineração, foi aprovada com vetos no último dia 19 de dezembro, sob justos protestos do setor minerador que teme pela competitividade do produto mineral brasileiro no mercado internacional. Ganharam os municípios e Estados mineradores que terão sua arrecadação ampliada.

Ainda sobre a temática em questão, uma agência reguladora para o setor era reivindicada há pelo menos 20 anos, quando foram constituídas agências para - a Energia Elétrica (Aneel), e do Petróleo e gás (ANP). Faltava a agência de mineração para completar o tripé das agências regulatórias integrantes da área de atuação do Ministério de Minas e Energia. Afinal, um setor responsável por cerca de 8% do PIB de Minas Gerais e de 5% do brasileiro, de acordo com informações do DNPM, precisa, sim, ser regulado por uma entidade com a autonomia jurídica de uma agência, isto é, um órgão governamental independente que fiscalize, regulamente e controle a produção mineral.

A ANM contribuirá, principalmente, com mais transparência e segurança jurídica para investidores. Além disso, a atuação da ANM criará uma massa crítica de informações, dados e precedentes administrativos que permitirá aos investidores tomarem decisões com maior segurança. Isso pode significar mais investimentos e, claro, maior retorno social e econômico para o país.

Um dos pontos que conferirá transparência é a forma de constituição do órgão: uma diretoria colegiada composta por um diretor-geral e quatro diretores, sendo que cada membro ocupará o cargo por cinco anos, com mandatos não vinculados e coincidentes. Dessa forma, quando um estiver iniciando o mandato, o outro diretor estará na metade do tempo de gestão.

Além disso, cada novo membro deverá ter currículo técnico e será sabatinado pelo senado antes de ser admitido no cargo.

É interessante observar que o presidente da República vetou alguns pontos da lei, entre eles a distribuição de 130 cargos comissionados, algo positivo pela manutenção da independência do órgão e menor influência direta dos partidos políticos. Esses vetos serão agora apreciados pelo Congresso Nacional, que poderá derrubá-los ou mantê-los.

Por fim, quanto à sua competência fiscalizadora, o texto determina a atuação presencial nos empreendimentos minerários. Em tese, isso deverá trazer maior controle, aproveitamento das jazidas e segurança técnica operacional. Contudo, é pouco provável a efetivação desse objetivo em curto prazo, uma vez que a criação da agência em si não resolve o problema de falta de recursos e de pessoal para atuação em todo o território nacional. Os recursos previstos para a manutenção do órgão deverão ser provenientes da CFEM; dos recursos de operações de crédito nacionais ou internacionais; da taxa devida pelo titular de autorização de pesquisa prevista no Código de Mineração (Decreto-Lei 227/1967); dos recursos de convênios; dos bens e equipamentos originários de apreensão em lavra ilegal; e das dotações do Orçamento Geral da União.

Com esses importantes passos na reformulação da política mineral, as empresas deverão se adaptar à nova legislação, que já está em vigor desde julho. Outros

pontos da pauta mineral, como desburocratização e maior agilidade, ainda deverão ser alcançados. Neste ano, contudo, foi formulada a base para a evolução do setor e conquista posterior desses tópicos.

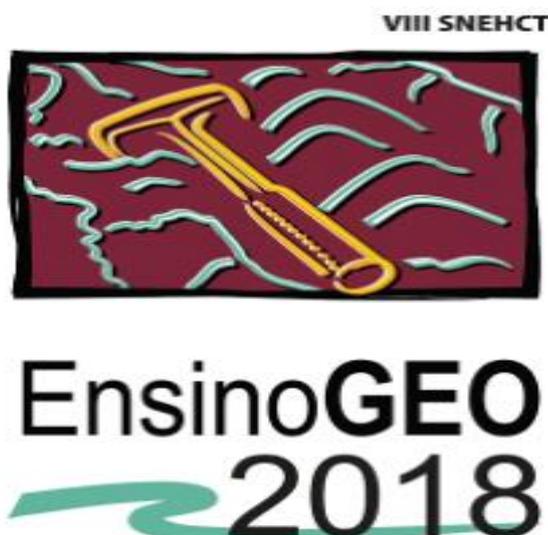
Fonte: Brasil Mineral

Autor: Renato Mascarenhas Alves

Data: Ano XXXIV Edição Janeiro/Fevereiro Nº 378



<http://portaldaminerao.com.br/exposibramamazonia/>



<http://www.ige.unicamp.br/geosci2018/pt/>